

**5. ISENÇÃO DAS TAXAS PELA EMISSÃO DO ALVARÁ DE LICENCIAMENTO DE OBRAS – INSTITUTO MONSENHOR AIROSA – RUA DE S. GERALDO, N. 96 – U.F. DE BRAGA (MAXIMINOS, SÉ E CIVIDADE):**

Da **DMUOP**, submetendo à consideração do Executivo Municipal, processo relativo ao pedido de isenção de taxas, pela emissão do alvará de licenciamento de obras de reabilitação e ampliação de equipamento desportivo, sito na Rua de S. Geraldo, n. 96 – U.F. de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), em nome do Instituto Monsenhor Airosa.

Tem informação circunstanciada da **DSJC**, no sentido de indeferir.

## CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

### ALVARÁ DE LICENCIAMENTO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO N.º 233 / 2020

Nos termos do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, é emitido o presente alvará de licenciamento de **obras de construção**, em nome de **INSTITUTO MONSENHOR AIROSA**, com o número de identificação fiscal 500 836 248, cuja operação urbanística visa o licenciamento para a edificação da construção de um pavilhão desportivo c/ comércio e serviços, composto por dois pisos, a edificar no terreno sito na Rua de S. Geraldo, com acesso pelo n.º 96 de polícia, da união de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade), descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial sob o n.º 328/20060725, inscrito na matriz sob o artigo n.º 357.

As obras para a construção da edificação do pavilhão foram aprovadas por despacho proferido em 08/10/2019 pelo do Sr. Vereador com o Pelouro da Regeneração Urbana, Património da edificação, Relação com as Universidades, Urbanismo, Planeamento, Ordenamento e Mobilidade, com competência delegada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga em 06/11/2017 e respeitam o disposto no indicado no Plano Diretor Municipal de Braga e o previsto na aplicação de salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico da Cidade de Braga, apresentando as seguintes características;

Áreas brutas de construção do pavilhão a edificar ( piso "0" e "1"): 2.322,94 m<sup>2</sup>;

Área de acessos exteriores: 42,00 m<sup>2</sup>;

Área de implantação: 1.820,20 m<sup>2</sup>;

Volumetria do edifício: 7.898,00 m<sup>3</sup>;

Número de pisos acima da cota de soleira: "2";

Número de pisos abaixo da cota de soleira: "0";

Altura da fachada do edifício: 9,00 m;

Uso a que se destina a edificação: "Desportivo c/ comércio e Serviços";

Prazo dado para a realização das obras: **12 meses**.

Dado e passado para que sirva de título ao requerente e para todos os efeitos prescritos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

O Vereador com o Pelouro da Regeneração Urbana, Património, Relação com as Universidades, Urbanismo, Planeamento, Ordenamento e Mobilidade.



Miguel de Melo Bandeira, Prof

Registado na Câmara Municipal de Braga, em, 22 de maio de 2020

## DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO

Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso (DSJC)

**ASSUNTO: Requerimento do IMA – isenção de taxas**

*A no do Entao. com  
reputa de 2005/20  
indefinita*

*- Concurso  
- A concisão e  
Sr. Breizh.  
DRG  
14/15/2010  
JLW*

1. Como consta do parecer emitido pela Dra. Elisa Cunha Coelho, a disciplina jurídica desta matéria consta, sobretudo, do Código Regulamentar do Município de Braga<sup>1</sup> (já em sentido idêntico dispunha o precedente Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais-artigos 40º a 43º), nomeadamente, do seu artigo H-1/16.º, nº 1, que estabelece o seguinte:

*1- Podem beneficiar de isenções ou reduções do pagamento de taxas e outras receitas municipais:*

- a) As freguesias;*
- b) As empresas e fundações municipais ou nas quais o Município detenha influência dominante nos termos legais;*
- c) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e as instituições particulares de solidariedade social;*
- d) As pessoas coletivas religiosas;*
- e) As associações desportivas legalmente constituídas;*
- f) Os consulados, partidos políticos e associações sindicais;*
- g) As associações ou fundações culturais, científicas, sociais, religiosas ou recreativas legalmente constituídas."*

<sup>1</sup> O poder tributário das autarquias locais é, como dissemos, conferido pela CRP (cfr. art.º 238.º, nº 4) e concretiza-se, essencialmente, no regime financeiro das autarquias locais (cfr. art.º 15.º do RFALEI)

O nº 2 da mesma norma refere que estes **benefícios se limitam a atos e factos direta e imediatamente relacionados com a prossecução das competências, fins ou finalidades estatutárias das entidades citadas.**

Por sua vez, o artigo H-1/19.º, sob a epígrafe “Fundamentação” prescreve que:

*“As isenções e reduções previstas no presente Código visam:*

*a) ...*

*b) Facilitar a concretização das competências, fins ou finalidades estatutárias das entidades abrangidas;*

*...”*

2. Ora, da leitura dos estatutos que agora temos na nossa posse, não vemos como é que a operação urbanística promovida se enquadre **direta e imediatamente** nos fins exercidos por esta, para este efeito de isenção de taxas, comportando-se neste caso a entidade promotora com um ator do mercado, **sujeito** desta forma, às regras e princípios de natureza tributária, idênticos aos demais, como impõe o princípio da igualdade fiscal, não podendo beneficiar do dito regime de isenção deste tributo, face à não observância das respetivas condições legais.

3. Em conformidade, por não estarem reunidos os respetivos pressupostos, somos a propor o indeferimento do pedido.

4. Nos termos no nº 1, do artigo H-1/18.º a concessão de isenções ou reduções do pagamento de taxas e outras receitas municipais compete à Câmara Municipal.

*In casu*, a proposta vai no sentido do indeferimento. Embora a lei não seja clara quanto ao órgão competente para o indeferimento, sempre nos parece que poderá o Sr. Presidente exercer essa competência, o que se deixa à Consideração Superior.